



MUNICÍPIO DE ALCOUTIM

ATA N.º 02/2017

Da reunião pública ordinária da Câmara Municipal de Alcoutim

Realizada em 25 de janeiro de 2017

----- Aos vinte e cinco dias do mês de janeiro de dois mil e dezassete, nesta Vila de Alcoutim, Edifício dos Paços do Concelho e Sala de Sessões, reuniram-se em reunião pública ordinária, os membros da Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Osvaldo Gonçalves, José Pereira, Paulo Paulino, Dalila Barros e José Galrito, respetivamente presidente e vereadores do referido Órgão do Município, cuja ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa.--

----- **ABERTURA DA REUNIÃO:** -----

----- Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara, o senhor presidente declarou aberta a reunião pelas onze horas, tendo a Câmara passado a ocupar-se do seguinte: -----

----- **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** -----

----- O presidente iniciou a sua intervenção para dar nota da visita do Senhor Ministro do Planeamento e das Infraestruturas, Dr. Pedro Marques, do Secretário de Estado do Desenvolvimento e Coesão, Dr. Nelson de Souza e do presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve (CCDR Algarve), Dr. Francisco Serra a Alcoutim para assinatura do Protocolo de Atribuição do Apoio Adicional do Portugal 2020 aos Municípios do Interior Algarvio, o que permitirá ao Município de Alcoutim, o acesso a

áreas de investimento, de extrema relevância e de natureza prioritária, como a revitalização urbana, que até aqui figuravam como matéria inacessível, pela sua falta de enquadramento em sede de inclusão programática. -----

----- Terminou a sua primeira intervenção para endereçar convite aos vereadores a estarem presentes na cerimónia de inauguração do Lar de Martim Longo que realizar-se-á no próximo dia 1 de fevereiro. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para solicitar esclarecimentos, com mais pormenor, sobre quais os apoios e onde serão realizadas as intervenções, visto que, o que consta no documento no ponto - Beneficiação Paisagística da Envolvente da Igreja da Nossa Senhora da Conceição em Martim Longo apenas refere na sua segunda componente: Revitalização Paisagística da Zona Cultural e Patrimonial da Aldeia. -----

----- O presidente da Câmara esclareceu que inicialmente apenas estava previsto os arranjos paisagísticos da zona envolvente à Igreja Matriz, nomeadamente a substituição do alcatrão por calçada. Quanto à intervenção da rotunda à igreja, invocou que inicialmente não se avançaria derivado ao custo desta intervenção, contudo, com a assinatura deste protocolo, conseguiu-se o enquadramento nos Fundos Comunitários, pelo que, o projeto avançará, passando pela Rua Dr. Antero Cabral e pela Rua Coronel Figueiredo Valente, incluindo o novo Edifício do Espaço do Cidadão. Terminou referindo que ainda não é líquido a percentagem financiada, visto que, o aviso ainda não foi publicado, estando o mesmo previsto para breve. -----

----- O vereador José Pereira interveio para referir que em anos transatos já se encontrava previsto em Plano Plurianual de Investimentos (PPI) a Remodelação dos Arruamentos, Abastecimento de Água e Saneamento Básico para toda a aldeia de Martim Longo, sendo a sua execução de extrema importância, derivado ao estado atual em que se encontram, contudo, e por ser uma obra que se encontra avaliada, aproximadamente em 4.000.000,00€ (quatro milhões de euros), é da opinião que não é possível realizá-la de uma só vez, pelo que e, uma vez que se vai intervencionar as ruas indicadas, sugere a substituição das condutas de água e saneamento, antes da colocação da calçada.

----- O vereador Paulo Paulino interveio para concordar com a intervenção do vereador José Pereira, no entanto, essa sugestão já está a ser equacionada


2

R

pelos técnicos. Esclareceu de seguida que o projeto existente é único e fechado para toda a aldeia, não podendo o mesmo ser fracionado, pelo que a intervenção numa determinada rua pode colocar questões de cotas de nível em relação a outras. Terminou a sua intervenção por referir que *“o que é verdade para a estas ruas também é verdade para aquelas obras que foram feitas há três anos na parte de baixo da aldeia”*. -----

----- O vereador José Pereira interveio para referir que não concorda com as justificações apresentadas, dando exemplos de que os projetos podem ser fracionados e, que as obras realizadas na “parte de baixo da aldeia” foram executadas de urgência, derivado à ocorrência de acidentes na locomoção das pessoas idosas que aí residem. Terminou por lembrar que as primeiras obras de pavimentação com betuminoso em Martim Longo foram realizadas aquando da colocação pela primeira vez do Saneamento e as Conduitas de Abastecimento de Água, ficando alcatroado a zona da vala e o restante em calçada, demonstrando mal planeamento. -----

----- O vereador Paulo Paulino, ainda sobre o assunto, adiantou que por ser uma intervenção em calçada, em sua opinião, suportada pela dos técnicos, as intervenções futuras serão de mais fácil execução e com menos prejuízos que daí possam advir. Referiu ainda que estas obras também se podem considerar urgentes, em resultado da oportunidade de as mesmas serem agora financiadas.

----- A vereadora Dr.^a Dalila Barros usou da palavra para referir que solicitou na passada reunião informação sobre quais os intervenientes que usufruem do protocolo estabelecido entre o Município e a Santa Casa da Misericórdia, vem como questionar se passados que estão três anos, se estão resolvidas as questões técnicas que levaram à retirada das revistas municipais do anterior executivo no site da Câmara Municipal, porque *“A História de um povo não se apaga só porque sim, ou teremos novamente a censura do lápis azul em Alcoutim. Afinal de contas Alcoutim não é para todos, senhor presidente”*. -----

----- O presidente da Câmara solicitou a colaboração da chefe de Gabinete da Presidência, Dr.^a Maria Alexandra Cavaco que esclareceu que a listagem solicitada foi remetida por via mail, apresentando para o efeito comprovativo do seu envio. -----

----- O vereador Paulo Paulino, esclareceu que as questões técnicas mantêm-se e que a entidade que migrou os conteúdos do antigo *site* para o novo não o fez e, à data, não tem acesso a esses dados.-----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para solicitar que lhe seja disponibilizado para a próxima reunião, as listagens das obras que foram adjudicadas e referidas no documento que lhe foi entregue na última reunião de Câmara, visto que a informação nele contido, é muito vaga. Aproveitou ainda para questionar o senhor presidente sobre o ponto de situação da Estalagem de Alcoutim e do Canil Intermunicipal. -----

----- O presidente da Câmara respondeu que em relação à Estalagem está prevista a sua abertura para o próximo dia 1 de março. Em relação ao canil referiu que está a ser elaborado o estudo de viabilidade, que aguarda que seja apresentado os resultados na próxima reunião do conselho Intermunicipal da AMAL, dando ainda nota que no passado dia 4 de janeiro, acompanhado pelo Eng.º Miguel Freitas (primeiro secretário da AMAL), Dr. Sérgio Inácio (técnico da AMAL) e pelo Eng.ª. João Pereira (técnico da empresa que está a realizar o estudo), visitaram o canil intermunicipal gerido pelo município de Torres Novas, o canil intermunicipal de Ponte de Lima gerido pela Comunidade Inter Municipal (CIM) Minho-Lima e o canil intermunicipal de São João da Madeira/Oliveira de Azeméis que é gerido por uma Associação de fins específicos. Por estar ainda por definir a forma de gestão do canil a construir em Alcoutim, visitou-se estes três canis de forma a criar um manual de boas práticas e assim criar o melhor modelo possível. Terminou por realçar que na sua opinião, a gestão deve ser da responsabilidade da AMAL ou de uma Associação de fins específicos. -----

----- O vereador José Pereira realçou que, e em termos genéricos, as datas avançadas pelo senhor presidente devem ser mais assertivas, visto que, as datas anteriormente referidas não correspondem à realidade e são demagógicas, induzindo assim os vereadores do PSD em erro. -----

----- O vereador José Galrito esclareceu que as informações prestadas em reunião de Câmara são as que lhes são transmitidas, não aceitando a adjetivação de demagogia. -----

R

----- A vereadora Dr.^a Dalila Barros questionou sobre os veículos de representação/veículos de uso pessoal, quais as suas normas de utilização, e quem são os seus detentores/utilizadores e no caso de férias destes se são colocados como reforço temporário do contingente camarário. Questionou ainda se esses mesmos veículos se encontram identificados, e se não, qual o motivo. -----

----- O presidente da Câmara informou que está atribuído carro ao presidente, ao vice-presidente Paulo Paulino e ao vereador José Galrito, os restantes veículos estão afetos ao serviço e são utilizados sempre que necessário por quem está autorizado a fazê-los, em relação aos carros adquiridos recentemente ainda não estão identificados, estando em curso procedimento para o fazer. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para agradecer o convite para a inauguração do Lar de Martim Longo, o qual confirma a presença. Questionou em seguida se poderia consultar o processo da construção em causa e para o efeito, onde e quando. -----

----- O presidente da Câmara respondeu que pode mediante a sua disponibilidade, dentro do horário de serviço e junto do Chefe de Divisão de Obras Particulares e Gestão Urbana. -----

----- A vereadora Dr.^a Dalila Barros usou da palavra para alertar o senhor presidente da Câmara para o facto de Alcoutim só ter médico e enfermeiro apenas quatro dias por semana até às 13:00 horas, em Martim Longo um médico quatro dias por semana e enfermeiro apenas às quintas-feiras. Esta situação deve-se ao facto do médico e enfermeiro estarem a prestar funções na Unidade Móvel de Saúde (UMS) e quando é necessário um utente do concelho de Alcoutim recorrer aos serviços médicos na parte da tarde ter que se deslocar a Mértola ou a Vila Real de Santo António, culpando-o de tal situação e nada fazer para a inverter. -----

----- O presidente da Câmara refutou a acusação de ser o responsável pela inexistência de médico na parte da tarde no Centro de Saúde do Concelho, considerando injusta e caluniosa tal acusação. -----

----- O vereador José Pereira usou da palavra para referir que concorda com a existência de um médico e de um enfermeiro na UMS, todavia não concorda

suiz

R

que esses profissionais de Saúde sejam retirados dos Centros de Saúde para desempenharem funções na UMS, visto que foi contratualizado com a Administração Regional de Saúde do Algarve (ARS) que os mesmos não desempenhem as suas funções nos Centros de Saúde, mas sim na UMS, restringindo o horário de atendimento. Sugeriu ainda, que com as verbas que disponibiliza para garantir a presente situação contratualize *"no privado"* um médico e um enfermeiro para afetar à UMS, exemplificou ainda as consequências da inexistência de enfermeiro disponível todos os dias na extensão de saúde de Martim Longo-----

----- O presidente da Câmara retomou a palavra referir que a solução de atendimento ao domicílio, protocolada entre a Câmara Municipal, a Cruz Vermelha e a ARS foi *"aplaudida"* por esta. Informou ainda que, desde 2014 com a saída de funções dos dois médicos que desempenhavam funções no Concelho, desencadeou diversos contactos com a Tutela para uma rápida resolução sobre falta de médicos, mas infelizmente *"não tenho o dom de gerir o Ministério da Saúde"*. Terminou referindo que continua atento à atual situação dando como exemplo a reunião que teve no passado dia 5 de janeiro com o senhor secretário de estado da Saúde, Dr. Manuel Delgado, colocando-o ao corrente da presente situação e que os problemas estão referenciados esperando uma solução por parte da Tutela.-----

----- O vereador José Pereira questionou se o presidente da Câmara concorda *"se o médico estando na parte da tarde na UMS não pode estar a prestar o serviço para que é pago pela ARS"*, à qual respondeu que perante a falta de médicos, a solução encontrada é a melhor forma de rentabilizar o serviço por si disponibilizado. -----

----- O vereador José Pereira considerou que senhor presidente da Câmara, não respondeu à sua questão e na sua opinião o médico afeto ao serviço público de saúde não deve prestar serviço na UMS, que para o efeito, deve o Município proceder a uma contratualização privada. -----

----- O vereador José Galrito compreende as questões levantadas pelos vereadores do PSD, mas perante a falta comprovada de médicos, os existentes devem ser otimizados, realçando que é intenção de atrair mais médicos para o Concelho. -----

R

----- A vereadora Dr.^a Dalila Barros solicitou a palavra para refutar as afirmações do senhor presidente da Câmara, considerando que não foi caluniosa na sua anterior intervenção, porque considera que falou a verdade e coadjuvou as palavras proferidas pelo Vereador José Pereira no sentido de não ser contra a UMS, mas sim à utilização de pessoal médico do Centro de Saúde ao serviço da UMS e para o efeito usufruírem de duas remunerações.-----

----- A vereadora Dr.^a Dalila Barros solicitou a palavra para proferir as seguintes palavras: -----

----- *"Na reunião de 12 de fevereiro de 2016, o senhor vereador José Pereira questionou qual era o motivo relativo ao luar do rio não ter vindo à presente reunião de câmara nem à anterior. O presidente respondeu que foi solicitado esclarecimento à ASAE e até ao momento não foi obtida resposta. Eu quero esclarecer aqui que o senhor presidente disse que não tinha sido obtida resposta em 12 de fevereiro de 2016. Em 13 de Abril de 2016, eu questionei qual era o ponto da situação do processo de indemnização da empresa luar do rio, tendo o vereador Paulino usado da palavra que esclarecer que a edilidade ainda não rececionou qualquer informação da ASAE. Portanto em 12 de fevereiro de 2016 e em 13 de abril de 2016, tanto o vereador como o presidente disseram que a ASAE ainda não tinha dado resposta. Acontece que apenas foi pedido informação à ASAE em 28/04/2016, portanto os senhores tanto em fevereiro como em abril mentiram. Mais, em 21 de setembro, eu questionei qual era o ponto da situação. O vereador Paulino usou da palavra para informar que "já recebemos o parecer da ASAE" em 21 de setembro. O parecer da ASAE chegou a esta Câmara em maio, portanto maio até setembro, maio, junho, julho, agosto, setembro, quatro meses depois é que fomos informados que afinal de contas o parecer tinha chegado à Câmara. Mais, no dia 12 de outubro de 2016, relativamente à mesma empresa, eu nesta reunião, coloquei a dúvida do porquê do parecer da ASAE ter a data de 10/05/2016 e ter entrada nesta câmara em 10/08/2016, 3 meses depois (o número da câmara está cá em cima) 3 meses depois. Questionei nessa reunião, o porquê de isto ter acontecido, quando o Dr. José Pires usou da palavra para explicar que o documento desta ASAE foi remetido via FAX em 10/08/2016, e continuo, A vereadora Dr." Dalila Barros interveio para questionar se pode confirmar*



R

junto da ASAE se o documento foi remetido por FAX/Ofício em 10/08/2016 ou em maio, e assim, meus senhores, eu o fiz. Portanto eu tenho aqui a resposta da ASAE, que posso perfeitamente lê-la. Em resposta ao ofício de vossa excelência confirmamos que o nosso ofício tal tal foi remetido em 10 de Maio de 2016 e que não foi possível localizar nenhum fax passado no mês de Agosto. Portanto, meus senhores, eu não sei se vocês estão a brincar connosco porque é que há tanta mentira. Mente-se uma primeira vez, depois tem que se inventar uma outra, e outra infinidade de novas mentiras para sustentar a primeira. Meus senhores, isto que não se repita porque isto é uma vergonha para os senhores. É o que eu tenho dito. Quem mente aqui mente em tudo. Para mim a confiança que eu tinha convosco acabou.” -----

----- O Chefe de Divisão, Dr. José Pires, solicitou a palavra para demonstrar indignação perante tais acusações, entendendo que está posta em causa a sua honra e para o efeito esclareceu que deu entrada na Câmara Municipal duas vezes a mesma informação, uma em maio, através de ofício, que foi dirigido à presidência e por sua vez ao Gabinete Jurídico, documento que não teve conhecimento por não pertencer aos serviços referidos, e um outro no mês agosto, através de fax, dirigido à presidência e por sua vez à DAFCD, sendo deste que teve conhecimento e que consta no processo. Para o efeito e conforme solicitado pela Vereadora Dr.^a Dalila Barros, entregou relatórios de registo dos documentos para comprovar as respetivas datas e movimentos de cada um deles. -----

----- O presidente da câmara tomou da palavra para demonstrar compreensão pela indignação do Chefe de Divisão perante tais acusações, considerando-as graves. Passou de seguida a palavra ao Vereador José Pereira para o mesmo referir que há situações que devem ser esclarecidas fora do Órgão, e relativamente a este assunto, informa que desde o início não concorda com a atribuição da indemnização à Entidade Luar do Rio, e perante as questões levantadas pelos vereadores do PSD não lhes eram disponibilizado toda a informação sendo as mesmas contraditórias. Findou para referir que não considera ofensivas as palavras proferidas pela Vereadora, uma vez que o ofício da ASAE deu entrada em Maio e não em Agosto como lhes foi transmitido.-----

R

----- **PERÍODO DA ORDEM DO DIA:** -----

----- **INFORMAÇÕES DIVERSAS - FINANÇAS MUNICIPAIS:** -----

----- Foi presente o resumo diário modelo T-dois da Tesouraria (n.º16) respeitante ao dia 24 de janeiro, que apresentava os seguintes resultados:-----

----- Total de Movimentos de Tesouraria - € 1.673.646,58;-----

----- Operações Orçamentais - € 1.371.638,29;-----

----- Operações Não Orçamentais - € 294.596,14.-----

----- Foi dado igualmente conhecimento à Câmara Municipal:-----

----- Aquisições de Bens e Serviços superiores a € 5.000,00 entre o período de 01 a 20 de dezembro de 2017;-----

----- Protocolo para Financiamento de Operações e Requalificação do Espaço Público em Municípios de Baixa Densidade;-----

----- Moção "*Portagens na Via do Infante – Abolição*", apresentada pela Assembleia de Freguesia de Luz/Tavira.-----

----- Facultada informação sobre os intervenientes que usufruem do Protocolo de Colaboração entre o Município de Alcoutim e a Santa Casa da Misericórdia de Alcoutim (integração profissional de munícipes do concelho de maior vulnerabilidade à exclusão social – 2017).-----

----- Facultado relatório dos registos em MYDOC números 3599 de 17 de Maio de 2016 e 5926 de 10 de agosto de 2016-----

----- **APROVAÇÃO DA ATA N.º 1/2017**-----

----- O senhor presidente pôs à discussão a Ata n.º 01/2017, da reunião pública ordinária, realizada no dia 11 de janeiro de 2017, cujo texto foi previamente distribuído pelos membros presentes-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 1 (uma) abstenção do presidente da Câmara, aprovar a referida Ata, por não esta presente na reunião.-----

----- **PROPOSTA N.º 14/2017 – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM – ATRIBUIÇÃO DE**

9

R

**COMPARTICIPAÇÃO FINANCEIRA/AQUISIÇÃO DE CARRINHA
“UNIDADE MÓVEL” – PROJETO APOIADO PELA SIC ESPERANÇA: ---**

----- Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, atribuir uma comparticipação financeira, no montante de 12 594,15 € (doze mil, quinhentos e noventa e quatro euros e quinze cêntimos), à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Alcoutim, no âmbito da candidatura ao programa “*Mais para Todos*”, da responsabilidade da SIC esperança. -----

----- Os vereadores José Pereira e Dr.ª Dalila Barros, não participaram na discussão e votação deste ponto, por se considerarem impedidos e parte interessada, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigos 69.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo.

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta.-----

----- **PROPOSTA N.º 15/2017 – EMPREITADA DE EM
507/PAVIMENTAÇÃO E SINALIZAÇÃO DO TROÇO CRUZAMENTO DA
EN 122 A ALCOUTIM – LIBERAÇÃO PARCIAL DE SEGURO DE
CAUÇÃO:-----**

----- Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da Liberação Parcial do Seguro de Caução apólice n.º 0080.10.003798 de 30%, na importância de 10.047,20 € (dez mil e quarenta e sete euros e vinte cêntimos) referente ao 2.º ano, ficando remanescente o valor de 13.396,26 € (treze mil trezentos e noventa e seis euros e vinte e seis cêntimos), emitida pela AXA Portugal, Companhia de Seguros, SA, bem como que se proceda à aprovação da Liberação Parcial do Seguro de Caução apólice n.º 0080.10.004007 de 30%, na importância de 10.047,20 € (dez mil e quarenta e sete euros e vinte cêntimos) referente ao 2.º ano, ficando remanescente o valor de 13.396,26 € (treze mil

R

trezentos e noventa e seis euros e vinte e seis cêntimos), emitida pela AXA Portugal, Companhia de Seguros, SA..-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 16/2017 – EMPREITADA DE BENEFICIAÇÃO DA EN 122.1/EN 124 – TROÇO ALCOUTIM – CORTE SERRANOS – 2.ª FASE MARTIM LONGO/CORTE SERRANOS – LIBERAÇÃO PARCIAL DE SEGURO DE CAUÇÃO:**-----


----- Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da Liberação Parcial do Seguro de Caução apólice n.º 0080.10.003955 de 30%, na importância de 13.318,66 € (treze mil trezentos e dezoito euros e sessenta e seis cêntimos), referente ao 2.º ano, ficando remanescente o valor de 17.758,22 € (dezassete mil setecentos e cinquenta e oito euros e vinte e dois cêntimos), emitida pela AXA Portugal, Companhia de Seguros, SA, bem como que se proceda à aprovação da Liberação Parcial do Seguro de Caução apólice n.º 0080.10.004381 de 30%, na importância de 13.318,66 € (treze mil trezentos e dezoito euros e sessenta e seis cêntimos) referente ao 2.º ano, ficando remanescente o valor de 17.758,22 € (dezassete mil setecentos e cinquenta e oito euros e vinte e dois cêntimos) , emitida pela AXA Portugal, Companhia de Seguros, SA..-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 17/2017 – EMPREITADA DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUAS À BARRADA – LIBERAÇÃO PARCIAL DE GARANTIA BANCÁRIA E DE SEGURO DE CAUÇÃO:**-----

----- Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da Liberação Parcial da Garantia Bancária N00375962 de 15%, na importância de 3.119,97

11



R

€ (três mil cento e dezanove euros e noventa e sete cêntimos) referente ao 3.º ano, ficando remanescente o valor de 5.199,95 € (cinco mil cento e noventa e nove euros e noventa e cinco cêntimos), emitida pelo Banco Espirito Santo SA, bem como que se proceda à aprovação da Liberação Parcial do Seguro de Caução apólice n.º 0080.10.003747 de 15%, na importância de 1.559,99 € (mil quinhentos e cinquenta e nove euros e noventa e nove cêntimos) referente ao 3.º ano, ficando remanescente o valor de 2.599,98 € (dois mil quinhentos e noventa e nove euros e noventa e oito cêntimos), emitida pela AXA Portugal, Companhia de Seguros, SA. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 18/2017 – ACORDO ESPECÍFICO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNÍCIPIO DE ALCOUTIM E O INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DA UNIVERSIDADE DO ALGARVE – RENOVAÇÃO:** -----

----- Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo do disposto na alínea o) do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, renovar o Acordo Especifico de Cooperação com o Instituto Superior de Engenharia da Universidade do Algarve (ISE UAAlg), com vista ao controlo da qualidade da água da piscina municipal de Martim Longo, no âmbito do Decreto-Regulamentar n.º 5/97, de 31 de março, mantendo-se todas as cláusulas especificadas e o montante de 1.889,28 € (mil oitocentos e oitenta e nove euros e vinte e oito cêntimos). -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 19/2017 – ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS – LAR DE MARTIM LONGO – APROVAÇÃO DE DENOMINAÇÃO:** -----

R

----- Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar atribuir à Estrutura Residencial para pessoas Idosas de Martim Longo a designação oficial de Lar Nossa Senhora da Conceição – Martim Longo. -----

----- O Vereador José Pereira solicitou esclarecimentos sobre o processo de atribuição da sua designação. -----

----- O presidente esclareceu que se trata de uma proposta sua e a designação de “Lar da Nossa Senhora da Conceição” deriva da ser a Nossa Senhora da Conceição a Padroeira da Aldeia de Martim Longo e ser o Centro Paroquial que irá fazer a sua gestão e assim homenagear todo o trabalho que este Centro tem realizado no capítulo da Ação Social nomeadamente na valência de Centro de Dia. Pelo que o Vereador José Pereira congratulou-se também com a designação para a referida obra. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta.-----

----- **PROPOSTA N.º 20/2017 – EMPREITADA DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA À BARRADA – LIBERAÇÃO PARCIAL DE CAUÇÃO:**-----

----- Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da Liberação Parcial de Caução de 15%, na importância de 39,85 € (trinta e nove euros e oitenta e cinco centimos) referente ao 3.º ano, para restituir à firma José de Sousa Barra & filhos, Lda, ficando remanescente o valor de 66,42 € (sessenta e seis euros e quarenta e dois centimos).-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.-----

----- **PROPOSTA N.º 21/2017 – EMPREITADA DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A VAQUEIROS – CANCELAMENTO DE GARANTIAS BANCÁRIAS:**-----

R

----- Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda ao cancelamento da Garantia Bancária Operação n.º 00373119 no valor de 15.640,52 € (quinze mil seiscientos e quarenta euros e cinquenta e dois cêntimos), bem como que se proceda ao cancelamento da Garantia Bancária Operação n.º 00361964 no valor de 24.669,93 € (vinte e quatro mil seiscientos e sessenta e nove euros e noventa e três cêntimos), emitidas pelo Banco Espirito Santo SA. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 22/2017 – EMPREITADA DE CONDUTAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA A VAQUEIROS – RESTITUIÇÃO DE REFORÇO DE CAUÇÃO:** -----

----- Foi presente uma proposta do vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à restituição de reforço de caução na importância de 17,09 € (dezassete mil e nove cêntimos) à firma José de Sousa Barra & Filhos Lda, referente a 10% de reforço de caução, descontado aquando do pagamento da revisão de preços da respetiva empreitada. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 23/2017 – PROTOCOLO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM – ATIVIDADES DE PROMOÇÃO DA SAÚDE E INTEGRAÇÃO SOCIAL 2017:** -----

----- Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo em epígrafe, com um encargo mensal de 3.550,00 € (três mil, quinhentos e cinquenta euros). -----

R

----- Os vereadores José Pereira e Dr.^a Dalila Barros, não participaram na discussão e votação deste ponto, por se considerarem impedidos e parte interessada, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigos 69.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta.-----

----- **PROPOSTA N.º 24/2017 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E O CLUBE DE KARATÉ DE ALCOUTIM E MARTIM LONGO:** -----

----- Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo em epígrafe, com a atribuição de comparticipação financeira no valor de 6.000,00 (seis mil euros), para apoio à execução de Plano de Atividades, no que concerne às atividades descritas no Protocolo de Colaboração.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta.-----

----- **PROPOSTA N.º 25/2017 – ASSOCIAÇÃO ALMARGEM – CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA:** -----

----- Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 105.º do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, aprovar a atribuição de comparticipação financeira de 3.121,18 € (três mil cento e vinte e um euros e dezoito cêntimos), à Associação ALMARGEM, para apoio à gestão da Via Algarviana, no período de 01 de junho de 2016 a maio de 2017, dividido em pagamentos trimestrais.-----

R

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 26/2017 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E O GRUPO DESPORTIVO DE ALCOUTIM:** -----

----- Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo em epígrafe, com a atribuição de participação financeira no valor de 17.000,00 (dezassete mil euros), para apoio à execução de Plano de Atividades, no que concerne às atividades de canoagem. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 27/2017 – ACORDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E CUMEADAS – ASSOCIAÇÃO DE PROPRIETÁRIOS FLORESTAIS DAS CUMEADAS DO BAIXO GUADIANA:**-----

----- Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar de acordo com a LCPA conjugado com o disposto na alínea ff) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo em epígrafe, e com base na mesma disposição legal, atribuir às Cumeadas – Associação de Proprietários Florestais das Cumeadas do Baixo Guadiana a atribuição de uma participação financeira no valor de € 20.000,00 (vinte mil euros), conforme e nos termos da cláusula sexta e sétima do referido protocolo -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

R

----- PROPOSTA N.º 28/2017 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM, OS MUNICÍPIO DE LOULÉ, TAVIRA E SÃO BRÁS DE ALPORTEL E O AGRUPAMENTO DE DEFESA SANITÁRIA DE GADO BOVINO, OVINO E CAPRINO DO CONCELHO DE ALCOUTIM: -----

----- Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar o protocolo em epígrafe, com a atribuição de uma comparticipação financeira no valor de 10.000,00 € (dez mil euros), ao Agrupamento de Defesa Sanitária de Gado Bovino, Ovino e Caprino do concelho de Alcouthim. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- PROPOSTA N.º 29/2017 – PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO ENTRE O MUNICÍPIO DE ALCOUTIM E A ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE ALCOUTIM: ----

----- Assunto retirado, para esclarecimentos adicionais. -----

----- Ao abrigo do número 2 do artigo 4º do Regimento o presidente da Câmara Municipal suspendeu a reunião por um período de 5 (cinco) minutos. -

----- PROPOSTA N.º 30/2017 – CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROCESSO N.º 283/2016 – JOSÉ JOAQUIN RODRIGUEZ CELORICO: ---

----- Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer para os efeitos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95, de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade, do prédio rústico com artigo matricial n.º 103 e secção 007, com área de 147,142000 hectares, no sítio da

P

Herdade da Bela Vista, localidade de Santa Marta, União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, em nome de Maria de la Cruz Celorico Martinez, que se pretende em regime de quatro partes, nas proporções de: 1/4 em nome de José Joaquim Rodriguez Celorico, 1/4 em nome de Manuel José Rodriguez Celorico, 1/4 em nome de Fátima Assucion Rodriguez Celorico e 1/4 em nome de Patrício Joaquim Rodriguez Celorico, e que se destina segundo informação prestada pelo requerente para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão.-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta, nomeadamente emitir Parecer Favorável, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- **PROPOSTA N.º 31/2017 – PROPOSTA N.º 16/2017 – ATUALIZAÇÃO DA QUOTA ANUAL PARA 2017 DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP):** -----

----- Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar ao abrigo da LCPA e conjugado com o disposto na alínea s) do nº 1 do artigo 33.º, do Anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a atualização da quota anual 2017 da ANMP para 4.258,16 (quatro mil duzentos e cinquenta e oito euros e dezasseis cêntimos).-----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 32/2017 – CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE – PROCESSO N.º 9/2017 – ISABEL RELÓGIO:** -----

----- Foi presente uma proposta do sr. vereador do pelouro, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer para os efeitos do disposto no artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95, de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, de forma a ser possível a

R

constituição em regime de compropriedade, do prédio rústico com artigo matricial n.º 133 e secção 076, com área de 0,148000 hectares, na localidade de Torneiro, União de Freguesias de Alcoutim e Pereiro, em nome de José Henriques, que se pretende em regime de duas partes, nas proporções de: 1/2 em nome de Carlos Alberto Pereira Henriques e 1/2 em nome de Fernando Afonso Pereira, e que se destina segundo informação prestada pelo requerente para fins agrícolas, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta, nomeadamente emitir Parecer Favorável, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- **PROPOSTA N.º 33/2017 – REGULARIZAÇÃO EXCECIONAL PREVISTA NO ARTIGO 15.º A DO REGULAMENTO MUNICIPAL DA ZONA INDUSTRIAL DE ALCOUTIM – LOTE 6:** -----

----- Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar nos termos do n.º 1 do artigo 13.º e n.º 1 do artigo 15-A, ambos do Regulamento Municipal da Zona Industrial de Alcoutim, conceder 6 (seis) meses à entidade Caetano Costa & Costa, Lda, para entrega do projeto, referente ao lote 6, nos serviços competentes do Município, bem como notificar a entidade Caetano Costa & Costa, Lda, da deliberação que recair sobre a presente proposta. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por maioria, com 2 (duas) abstenções dos srs. vereadores José Pereira e Drª. Dalila Barros, aprovar a referida proposta. -----

----- **PROPOSTA N.º 34/2017 – CERTIDÃO DE COMPROPRIEDADE: PROCESSO N.º 17/2017 – ARNALDO JOSÉ CAVACO AFONSO:**-----

----- Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar emitir parecer para os efeitos do disposto no

R

artigo 54.º da Lei n.º 91/95, de 2 de setembro, alterada pela Lei n.º 165/95, de 14 de setembro e pela Lei 64/2003, de 23 de agosto, de forma a ser possível a constituição em regime de compropriedade dos:-----

----- Prédio rústico com artigo matricial n.º 19 e secção 003, com área de 5,480000 hectares, no sítio de João Dias, em nome de Arnaldo José Cavaco Afonso; -----

----- Prédio rústico com artigo matricial n.º 29 e secção 002, com área de 4,300000 hectares, no sítio da Chada Velha, em nome de Arnaldo José Cavaco Afonso; -----

----- Prédio rústico com artigo matricial n.º 92 e secção 007, com área de 11,772000 hectares, no sítio da Chada Velha, em nome de Arnaldo José Cavaco Afonso; -----

----- Pretende-se regime em 2 (duas) partes nas proporções: ½ em nome de Paulo Jorge Cavaco Paulino e ½ em nome de João Manuel Rita Batista, e que destina segundo informação prestada pelo requerente para fins agrícola, não vindo a ser qualquer deles objeto de divisão. -----

----- O vereador Paulo Paulino não participou na discussão e votação deste ponto, por se considerar impedido e parte interessada, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e artigos 69.º e seguintes do Código de Procedimento Administrativo. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade dos presentes, aprovar a referida proposta, nomeadamente emitir Parecer Favorável, face à declaração do requerente e à informação da Divisão de Obras, Planeamento e Gestão Urbanística – Serviços de Obras Particulares e Loteamentos Urbanos que o documenta. -----

----- **PROPOSTA N.º 35/2017 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA DO TERRENO DA VILA ROMANA DO MONTINHO DAS LARANJEIRAS – LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO:** -----

----- Foi presente uma proposta do sr. presidente da Câmara, a qual se anexa à presente ata para os efeitos legais, desta fazendo parte integrante, no sentido da Câmara Municipal deliberar que se proceda à aprovação da Liberação de Caução no valor de 50,00 € (cinquenta euros) efetuada ao abrigo do artigo 70.º

20

do Decreto-Lei n.º 197/99, através da GR n.º 04/599/2015 a António José da Silva Romeira. -----

----- Posto o assunto à votação, a Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a referida proposta. -----

----- **MINUTA DA ATA:** -----

----- Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como o disposto no nº 4 do artigo 20º do Regimento da Câmara Municipal de Alcoutim, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 25 de janeiro de 2017, as propostas acima referidas, e para que as mesmas adquiram eficácia, conforme previsto no nº 4 do artigo supra citado, foi lida a minuta da Ata, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

----- **ENCERRAMENTO DA REUNIÃO:** -----

----- E nada mais havendo a tratar, pelo Excelentíssimo Senhor presidente, foi encerrada a reunião, pelas doze horas e cinquenta e três minutos, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser assinada pelo senhor presidente e por mim, José Domingos Teixeira Pires, Chefe de Divisão Administrativa e Financeira, Cultura e Desporto, da Câmara Municipal de Alcoutim que a redigi, e mandei lavrar. - -----

O presidente

O Secretário

